

A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO ESTADO DO PARÁ: ESTUDO DE CASO NO NORDESTE PARAENSE

Marcos Antônio Souza dos Santos¹

RESUMO

No Estado do Pará, a pesca artesanal assume importante papel socioeconômico na ocupação de mão-de-obra, geração de renda e oferta de alimentos para a população, especialmente para as pequenas comunidades do meio rural. O trabalho analisa a cadeia produtiva da pesca artesanal no Nordeste Paraense, enfatizando os municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas e Viseu que, atualmente, respondem por um quarto da produção estadual de pescado. Os resultados permitem situar o Estado do Pará no contexto nacional da produção e exportação de pescado. No âmbito da cadeia produtiva são identificadas as características socioeconômicas, tecnológicas e produtivas da pesca artesanal e analisado o processo e as relações de comercialização. Por fim, apresentam-se as análises referentes à dimensão institucional e organizacional da cadeia produtiva com ênfase na organização social, assistência técnica e o acesso a crédito.

Palavras-chave: Economia pesqueira. Cadeia produtiva. Pesca artesanal-Estado do Pará.

ABSTRACT

In the State of Pará, the artisanal fishery assumes an important socio-economic role in the occupation of the labor force, income generation and food offer for the population, especially for the small communities of the agricultural way. The research analyzes the productive chain of the artisan fishery in the Northeast of Pará, observing the municipalities of Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas and Viseu that, nowadays, answer for about 1/4 of the state fishery production. The results allow locate the State of Pará in the national context of the fishery production and exportation. Concerning the productive chain the socio-economic, technological and productive characteristics of the artisanal fishery are identified and the process and commercialization are analyzed. Finally, the analyses about the institutional productive chain dimension and organization are presented emphasizing the social organization, technical assistance and the access to credit.

Keywords: Fisheries economics. Productive chain. Artisanal fishery-State of Pará.

¹ Eng. Agr.; M.Sc em Economia; Técnico Científico da Gerência de Estudos Econômicos do Banco da Amazônia e Professor Adjunto da Universidade da Amazônia (UNAMA) e do Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM). Belém-PA. E-mail: masantos@unama.br e masantos@prof.iesam-pa.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar a cadeia produtiva da pesca artesanal no Nordeste do Estado do Pará, que assume papel fundamental na economia estadual dada a sua relevância na ocupação de mão-de-obra e produção de alimentos. A pesquisa cobriu sete municípios que, atualmente, respondem por cerca de um quarto da produção estadual de pescado.

Ao lado dessa importância existem diversos problemas estruturais e socioeconômicos. Muitas das comunidades que dependem da produção e comercialização dos produtos da pesca artesanal, como meio fundamental de renda e alimentação, estão submetidas a situações de pobreza, riscos sociais e ambientais que tendem, no longo prazo, a comprometer o desempenho integral da cadeia produtiva. Nesse contexto, é fundamental que os instrumentos de política e ações públicas e privadas sejam formulados e implementados a partir de uma compreensão ampla das realidades que permeiam a cadeia. Este trabalho constitui um esforço nesse sentido.

O trabalho fundamenta-se, teoricamente, nas concepções de agronegócios e cadeias produtivas dada a necessidade de uma compreensão integral e sistêmica das estruturas de produção e comercialização e da multiplicidade das relações entre os agentes econômicos que participam da cadeia produtiva.

Os resultados permitem situar o Estado do Pará no contexto da produção e exportação de pescado em âmbito nacional, efetuando o acompanhamento da evolução destas variáveis nos últimos anos. A estrutura e a composição da cadeia produtiva é analisada a partir de um amplo conjunto de dados primários que enfocam aspectos socioeconômicos, tecnológicos e produtivos enfatizando, também, a compreensão do processo de comercialização. Na dimensão institucional e organizacional da cadeia são tratadas questões como organização e integração social, assistência técnica e acesso a crédito.

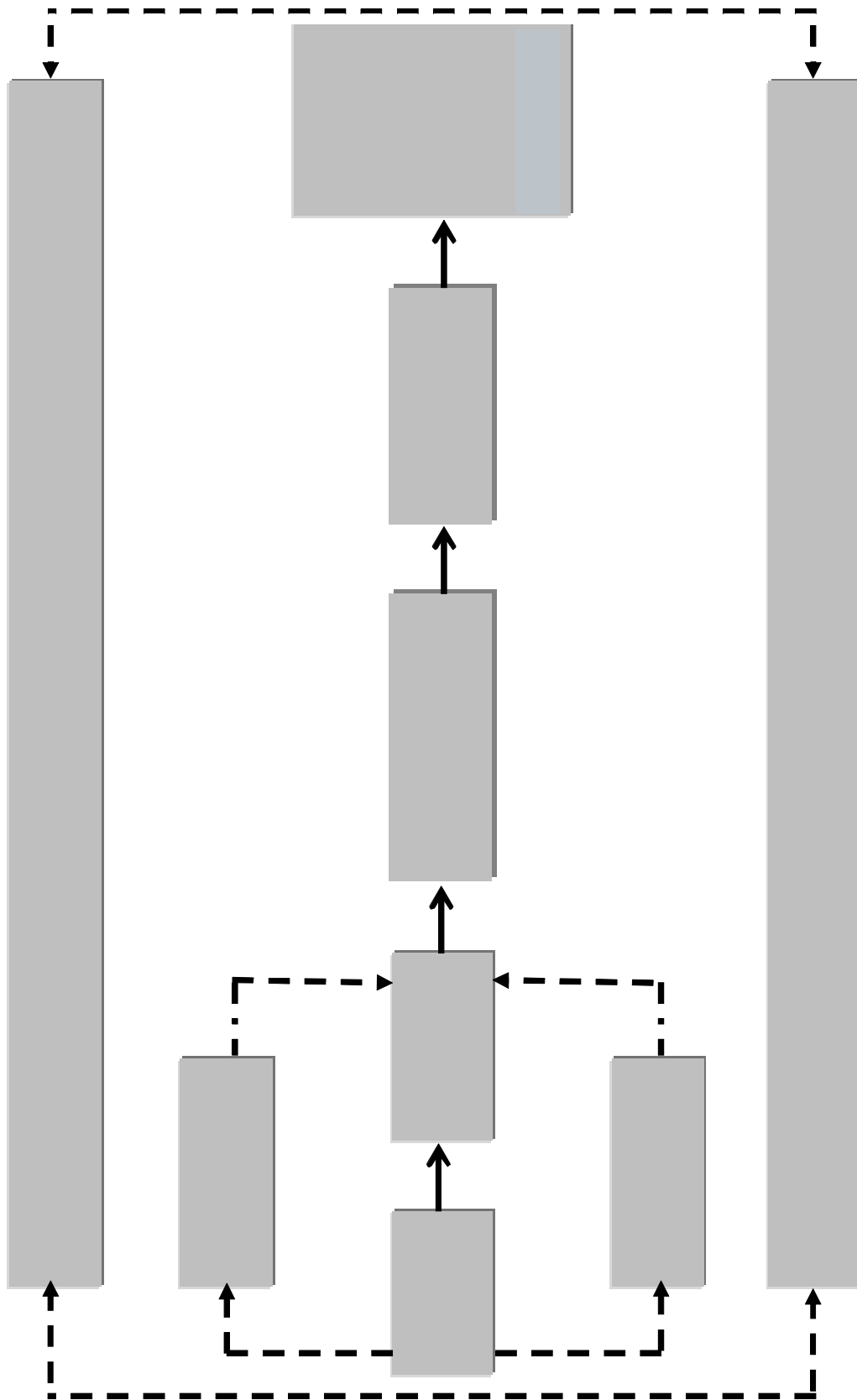
2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Atualmente, as análises das atividades produtivas vinculadas ao setor primário da economia, como é o caso da pesca artesanal, requerem um novo enfoque, o qual deve estar fundamentado nas concepções de agronegócio e cadeia produtiva (RUFINO, 1999; SANTANA, 2002; ARAÚJO, 2003).

O termo agronegócio engloba todas as atividades vinculadas e decorrentes da produção agropecuária tais como: o extrativismo vegetal, silvicultura, agricultura, pecuária, pesca e aqüicultura. Envolve as relações sociais, tecnológicas, produtivas e financeiras estabelecidas desde a fabricação de insumos, passando pela produção de matérias-primas e processamento, até o mercado consumidor. Não

é uma terminologia puramente acadêmica, pois o seu significado ultrapassa a dimensão das universidades e institutos de pesquisa avançadas no campo das medidas de política, economia e gestão de negócios, o que lhe atribui um caráter dinâmico e abrangente para tratar das questões relacionadas ao desenvolvimento socioeconômico.

A abordagem de cadeias produtivas insere-se nesse contexto ao permitir uma visualização das atividades produtivas de forma integral e sistêmica. O presente artigo alinha-se a essa perspectiva teórica e metodológica assim, a seguir, efetua-se a identificação esquemática da estrutura e composição da cadeia produtiva da pesca no Nordeste Paraense que será o balizador das análises das seções subseqüentes (Figura 1).



O primeiro segmento da cadeia envolve o suprimento de bens e insumos necessários ao desenvolvimento da atividade. Nele estão incluídos a produção de embarcações, os motores e petrechos de pesca e os insumos básicos como gelo, combustível e alimentos para as refeições durante o esforço de pesca.

A base da cadeia produtiva, o segmento da produção de pescado, envolve as empresas de pesca industrial e, em maior proporção, os pescadores artesanais. Esse é o segmento que mais absorve mão-de-obra na cadeia, sendo, também, responsável pela exploração dos estoques pesqueiros de espécies variadas utilizadas para o abastecimento alimentar das famílias e comercialização em diferentes canais.

No elo subsequente da cadeia produtiva está inserido o processo de comercialização, sendo desenvolvido por agentes que executam funções que agregadoras de valor e utilidades de posse, forma, tempo e espaço ao produto, conduzindo-o até o mercado consumidor (BRANTD, 1973; BARROS, 1989; MARQUES e AGUIAR, 1993; REIS, 1998). Neste segmento incluem-se as atividades de armazenamento, processamento, transporte e distribuição.

No caso da pesca artesanal, as funções de armazenamento são executadas pelo próprio pescador que, modo geral, acondiciona o pescado em recipientes com gelo e/ou, em menor proporção, efetua a salga do produto para posterior consumo e/ou comercialização. Quando são empresas, após a captura e conservação, o produto é submetido ao processamento que envolve a elaboração de cortes, resfriamento e congelamento para comercialização em mercados mais exigentes, nos centros urbanos regionais, extra-regionais e internacionais.

Os segmentos de transporte e distribuição envolvem os agentes responsáveis pela condução

do produto, ao longo dos diferentes canais de comercialização, até chegarem ao mercado consumidor. Estes agentes exercem um papel importante dentro da cadeia produtiva, pois executam tarefas indispensáveis que viabilizam a comercialização do pescado nos mercados local, regional, nacional e internacional. No caso de o pescado comercializado no mercado local e estadual, estas funções são desempenhadas por atravessadores, balanceiros e outros intermediários. Quando os mercados são o nacional e o externo, a participação das empresas é mais representativa.

O extremo final da cadeia produtiva é o mercado consumidor de onde emana todo o estímulo de mercado. O consumidor, dependendo de sua origem e nível de renda, adquire o pescado em feiras livres, peixarias, supermercados ou sob a forma de pratos prontos em restaurantes e hotéis.

Toda essa estrutura é influenciada pelos ambientes institucionais e organizacionais que envolvem órgãos de governo e outras instituições relacionados à governança ou coordenação da cadeia produtiva. Compreende aqueles atores responsáveis pelo estímulo e regulação das atividades produtivas como o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (CEPNOR/IBAMA); as instituições de apoio financeiro como o Banco da Amazônia e a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), que apóiam projetos de investimento; Universidades e Institutos de Pesquisa, que respondem pela disponibilização do aporte de Ciência e Tecnologia e da geração de conhecimento; instituições de capacitação de recursos humanos e gerenciais como Sebrae e Senar entre outras.

A pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento de dados secundários e primários.

Os dados secundários foram obtidos em várias fontes oficiais e sua finalidade foi situar o estado do Pará no contexto nacional da produção e exportação de pescado.

Os dados primários foram resultantes da aplicação de 283 questionários, em 34 comunidades de pescadores artesanais, distribuídos nos municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas e Viseu que, atualmente, são

responsáveis por cerca de 1/4 da produção estadual de pescado.

Nos questionários aplicados foram englobados aspectos de ordem socioeconômica, tecnológica, organização social, crédito e comercialização e realizada a sua aplicação no último trimestre do ano de 2004. O processamento estatístico foi efetuado por meio do SPSS versão 11.0

3 PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PESCADO NO BRASIL E NO ESTADO DO PARÁ

Atualmente, o Brasil é o 25º produtor mundial de pescado. Os países de maior destaque neste mercado são China, Japão, Peru, Estados Unidos e Chile que, em conjunto, representam 44,15% da produção mundial de pescado (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO), 2004).

A produção nacional, ao longo das últimas décadas, tem apresentado dois padrões de comportamento distintos. O período de 1960 até 1985 foi marcado por um crescimento expressivo, quando, no ano de 1985 foi obtida uma produção superior a 971 mil toneladas. A partir desse ano passou a ocorrer uma contínua redução. Em 1990, a produção foi de apenas, 640,3 mil toneladas. Os sinais de recuperação do setor são percebidos somente a partir de meados da década de 1990. No período 1993/2003, a produção cresceu a uma taxa de 4,54% ao ano.

Esse padrão de crescimento tem se mantido, principalmente, pela contribuição da aquicultura que só no período 1996/2003, cresceu a uma taxa de 26,27% ao ano, elevando a sua participação na produção nacional de 8,8%, em 1996, para 28,65%, em 2003. A pesca extrativa, também, cresceu, mas em proporção bem inferior, na ordem de 3,18% ao ano.

Com relação à distribuição, segundo categoria de produção, a pesca artesanal foi responsável por 47% da produção total no ano de 2003. A pesca industrial, neste mesmo ano, respondeu por 24,35 da produção total. Os outros 28,65% foram derivados da aquicultura que, ano após ano, vem confirmando a tendência de se tornar o setor mais produtivo de pescado no Brasil.

No tocante à distribuição da produção por regiões, observa-se que a Região Nordeste é a que participa com a maior parcela, sendo responsável, em 2003, por 31,5% do total nacional. Nesta região destacam-se os estados da Bahia, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte que, em conjunto, representaram 81,3% da produção total do Nordeste, em 2003.

A Região Norte ocupa o segundo lugar no país, respondendo por 24,6% da produção nacional de 2003, sendo os Estados do Pará e Amazonas os mais representativos. O Estado do Pará, isoladamente, é responsável por 63% da produção da Região Norte e 15,5% da produção nacional, constituindo-se no maior produtor de pescado do país. Também, em segundo lugar está a Região Sul com 24,6% da produção. O destaque é para os Estados de Santa Catarina e Rio Grande

do Sul que, em conjunto, detêm 22,5% da produção nacional. Em quarto lugar vem a Região Sudeste, sendo o Rio de Janeiro e São Paulo seus principais produtores. Na Região Centro Oeste o estado mais representativo é o de Mato Grosso.

Neiva (2003) aponta algumas tendências da produção de pescado para as diferentes regiões do país. No Nordeste destaca que a produção deverá, no curto prazo, continuar crescendo em função do desenvolvimento da aquicultura e da pesca de atuns e afins. As regiões Sudeste e Sul poderão aumentar, significativamente, suas produções se centralizarem esforços na captura da anchoita-argentina, abundante nos seus litorais, podendo substituir a sardinha verdadeira. A região Centro-Oeste, em função de possuir bacias hidrográficas excelentes, poderá estimular a pesca profissional além de, também, estimular o desenvolvimento da piscicultura de peixes nativos.

Na região Norte, as possibilidades de crescimento da produção são amplas, pelo melhor aproveitamento das espécies da Bacia Amazônica, pelo desenvolvimento da piscicultura em seus lagos naturais, bem como, pela diversificação da pesca oceânica, principalmente de peixes pelágicos.

No tocante ao comércio exterior a participação brasileira ainda é tímida. Atualmente, as exportações mundiais de pescado representam um mercado de grande dimensão, cerca de US\$ 55,5 bilhões/ano e o país participa com pouco mais de US\$ 400 milhões.

O Brasil apresenta grandes perspectivas de ampliar a produção e as exportações de pescado e retomar o desenvolvimento do setor pesqueiro. A implantação e modernização de frota, o treinamento e valorização da mão-de-obra, o incentivo à aquicultura e uma política de suporte

ao desenvolvimento da atividade podem elevar o país a um novo patamar nesse mercado.

Nos últimos anos, o setor já exhibe alguns sinais de recuperação. No campo do comércio exterior, por exemplo, as exportações têm experimentado aumento substancial. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2004), no período 1989 a 2003 o valor das exportações mais que triplicou e a quantidade exportada foi ampliada em 2,5 vezes, correspondendo a um crescimento de 3,62%, na quantidade, e 4,87%^{aa} no valor das exportações. O principal vetor desse crescimento está associado à expansão da produção de camarão marinho cultivado que, já em 2001, representou 45,5% das exportações pesqueiras do país.

Esse padrão de crescimento também proporcionou, pelo quinto ano consecutivo, o superávit da balança comercial brasileira de produtos pesqueiros, depois de contínuos déficits acumulados durante a década de 1990. É importante ressaltar que esse desempenho não se deu somente em função do crescimento das exportações mas, também, pela queda representativa das importações.

Outro elemento que merece destaque é o comportamento dos preços médios das exportações. No período 2000/2002, estes se mostravam declinantes atingindo o seu menor valor em 2002 (US\$ 3,622/tonelada). A partir de 2002, houve uma sensível recuperação dos preços, em 2004, estes já se elevaram para US\$ 4,153/tonelada. Este ano, até o mês de setembro, o preço médio atingido é da ordem US\$ 4,451/tonelada o que deverá contribuir para a manutenção do superávit da balança comercial de pescado.

Com relação à participação dos Estados nas exportações observa-se que, entre os dez

principais Estados exportadores, cinco são da Região Nordeste. O Ceará destaca-se como o principal, sendo responsável por 27,33% das exportações totais do setor.

O Estado do Pará tem se mantido em lugar de destaque no contexto das exportações nacionais. Ao longo da década de 1990 essa participação manteve-se em torno de 21,73% das exportações nacionais. Entretanto nos anos de 2003 e 2004 essa participação decresceu substancialmente, situando-se no patamar de 9,6% e 10,8%, respectivamente. Para o ano de 2005 as perspectivas de crescimento são reais tendo em vista que só no período de janeiro a setembro as exportações estaduais já ultrapassam a casa dos US\$ 38,5 milhões.

A composição da pauta de exportações de pescado do Estado do Pará é pouco diversificada.

A maior parcela está concentrada na categoria de crustáceos, com 60,78% do valor exportado e 27,85% da quantidade. Esta categoria engloba o camarão-rosa e a lagosta que são produtos que encontram alta cotação no mercado internacional. As demais categorias de produtos envolvem peixes vivos e peixe fresco, resfriado ou congelado e totalizam US\$ 65,5 milhões. Nestas categorias estão incluídas, além de espécies de peixes ornamentais, espécies como albacora, corvina, cavala, pescada entre outras e, principalmente, a piramutaba que é a mais exportada.

No tocante ao destino dos produtos, observa-se que 86,4% das exportações de pescado paraense são destinadas apenas a quatro países. Os Estados Unidos, isoladamente, são responsáveis por 47,87%, seguido pelo Japão e, mais de longe, por França e Bélgica.

4 A CADEIA PRODUTIVA DA PESCA ARTESANAL NO NORDESTE PARAENSE

Atualmente, o Estado do Pará é o maior produtor nacional de pescado. As estatísticas mais recentes, referentes ao ano de 2003, indicam que o Estado responde, isoladamente, por 63% da produção da Região Norte e 15,5% da produção nacional (IBAMA, 2004).

No período 1993/2003, foi um dos estados que mais contribuiu para a ampliação da produção nacional. Ao passar de uma produção de 82,1 mil toneladas, em 1993, para 154,4 mil toneladas, em 2003, o Estado exibiu uma taxa de crescimento de 10% ao ano, sobejamente superior ao crescimento observado no país, que foi de 4,5% ao ano, e da maior parte das demais regiões do país.

A produção de pescado do Estado do Pará é derivada de três segmentos de atividade: a

pesca artesanal, a pesca industrial e a aquicultura. A pesca artesanal é realizada em, praticamente, todos os municípios do estado e gera uma pauta de espécies bastante diversificada. Segundo dados do IBAMA (2004), responde por 77,2% da produção estadual.

O segmento de pesca industrial detém 21,4% da produção estadual e se resume à captura e processamento de uma pauta bem reduzida, concentrando-se, fundamentalmente em três espécies: o camarão-rosa, a lagosta e a piramutaba. Outras espécies apresentam, apenas, valores residuais. O foco central desse segmento é o comércio exterior. A produção da aquicultura ainda é muito reduzida no Estado não chegando a representar 2% do total. Neste segmento são produzidas espécies como tilápia e tambaqui, predominantemente.

Com relação à distribuição da produção por municípios, os dados do Projeto ESTATPESCA mostram que Belém ocupa o primeiro lugar em termos de produção desembarcada, representando 18,45% do total, em segundo lugar vem o município de Vigia com 11,59%. Os

municípios objeto do presente trabalho, também, assumem posição destacada, pois, em conjunto, são responsáveis por cerca de um quarto da produção total de pescado do Estado do Pará. Nesses municípios a produção de pescado é oriunda, basicamente, da pesca artesanal.

4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A maior parcela dos pescadores em atividade na área pesquisada, nasceu no próprio município onde reside, constatando-se que, apenas 4% vieram de outros Estados. A maior proporção (72,44%) reside nas mesmas comunidades há mais de 20 anos, evidenciando uma baixa mobilidade no tempo e espaço, que pode ser atribuída às poucas oportunidades de trabalho na região que, de modo geral, se restringem à agricultura familiar e à própria pesca artesanal.

A idade média dos pescadores é de 42,5 anos, sendo que cerca de 70% situam-se nas faixas superiores a 35 anos. Apenas uma pequena parcela (2,47%) tem menos de 20 anos de idade, o que demonstra ser a atividade é proporcionalmente pouco explorada pelos mais jovens que, geralmente, vêm buscando a inserção em outras atividades nos centros urbanos.

A média de anos de estudo dos pescadores é de 3 anos, indicador que está abaixo da média nacional que é de 5,7 anos e da média regional, no meio rural, que é de 4 anos (PETRERE JÚNIOR, 2004). Essa situação justifica-se pelo fato de, na infância e adolescência da maioria dos pescadores, o acesso à escola era, ainda, mais difícil que nos dias atuais, dificultando sobremaneira o acesso e a permanência na instituição de ensino. Outro aspecto que merece destaque é a falta de tempo associada à incompatibilidade entre o horário de trabalho e estudo que impede o pescador de freqüentar os cursos regulares das escolas locais.

Com relação ao desenvolvimento de outras atividades, paralelamente à pesca foi detectado que 26,4% dos entrevistados desenvolvem algum outro tipo de labor para complementação de renda. As atividades adicionais à pesca são importantes, pois contribuem para a geração de renda complementar para as famílias. Neste aspecto é válido salientar que entre os entrevistados mais de 50% não obtêm nenhum tipo de renda complementar à obtida na pesca artesanal.

Um outro conjunto de dados que oferece indicativos acerca do padrão de qualidade de vida e de renda das famílias é a disponibilidade de bens duráveis. Os resultados mostram que a maior parcela dos pescadores não está obtendo acesso a bens modernos, como geladeira, aparelho de som, rádio entre outros, que atualmente são de uso comum nas residências urbanas. Tal fato decorre das dificuldades de acesso à renda por essa categoria de produtor. Esse aspecto é confirmado pelo trabalho de Lourenço et al. (2003) que identificaram que 52,1% dos pescadores artesanais do Nordeste Paraense obtêm rendimentos mensais inferiores a três salários mínimos.

As residências dos pescadores artesanais são rústicas, predominando casas com paredes em madeira e barro (53,35%). Ressalta-se que 43,46% já dispõe de casa com parede de alvenaria. A cobertura, em 53% das moradias, é de telha de barro e o tipo predominante de piso

é de cimento rústico (50,88%). Estas características já sinalizam para a busca de uma melhor infra-estrutura para a moradia. Em 92,23% dos casos, a residência é de propriedade da família.

Uma parcela significativa das comunidades de pescadores (66,08%) já conta com o atendimento da rede de distribuição pública de água para consumo. Entretanto, na maioria dos casos, esse acesso se restringe a uma torneira em casa e com uma oferta, às vezes, irregular. Uma parcela representativa ainda obtém água a partir de poços e outras fontes naturais (33,92% dos entrevistados).

Em 50,53% das residências, a água é armazenada em potes e filtros e em 39,58%, não há qualquer tipo de armazenamento. Um dado que chama a atenção é o fato de que 88,69% das residências utilizam a água para consumo diretamente da fonte, sem nenhum tratamento prévio.

4.2 ASPECTOS TECNOLÓGICOS E PRODUTIVOS

Apesar horizonte de tempo que separa a realização deste trabalho dos últimos diagnósticos realizados sobre o setor, nas últimas três décadas (BRITO et al., 1975; AGUIAR et al., 1976; PENNER, 1984; CARDOSO et al., 1988 e CRUZ et al., 1993), poucas foram as mudanças observadas na estrutura produtiva da atividade. Ainda hoje, a pesca é praticada utilizando-se métodos tradicionais e equipamentos rudimentares, de modo geral confeccionados pelos próprios pescadores.

Os métodos empregados pelos pescadores artesanais dos municípios pesquisados são variados, pois existe a necessidade por parte do pescador de que a atividade seja desenvolvida

Os dejetos residenciais, modo geral, são eliminados por meio de práticas de queima e escavação de buracos. Os resultados do trabalho mostram que, apenas 13,78% dos entrevistados, utilizam fossa biológica e a maioria (64,66%), utiliza o poço negro para eliminar as fezes. O lixo doméstico, na maior parte dos casos, é queimado, ou então jogado em áreas próximas das residências.

No tocante à disponibilidade dos serviços de saúde os resultados mostram que em 68,2% dos casos já existem postos de saúde, nas comunidades de residência dos pescadores artesanais. Entretanto, esse serviço, na maioria dos casos, opera de forma bastante precária, de modo que não atende às necessidades dos pescadores e suas famílias. Essas comunidades, também, contam com a visita de agentes de saúde que, apesar de importante, na maioria dos casos é esporádica, levando a um alto grau de insatisfação. Isso é confirmado pelos resultados que evidenciam um nível de insatisfação com os serviços prestados superior a 50%.

ao longo do ano todo, em decorrência do caráter sazonal de disponibilidade das espécies capturadas e da necessidade de regularidade. Segundo Lourenço et al. (2003), a atividade da pesca artesanal no Nordeste Paraense caracteriza-se por ser desenvolvida com regularidade, sendo que 88,4% a desenvolvem de modo contínuo, ou seja, a executam durante o ano todo. Em apenas 11,6% dos casos essa atividade é desempenhada de forma descontínua.

A prática mais comum de pesca envolve a utilização de redes (malhadeiras ou tarrafas), observada em 62% dos casos. A prática de pesca com espinhel ou tiradeira vem em segundo lugar

com uma frequência de 15%. A pesca em currais, também, assume destaque sendo observado em 10% dos casos. Em menor proporção surge a pesca com puçá, matapi e a captura de caranguejos e outras espécies dos manguezais.

A pesca de espinhel consiste na utilização de uma linha, normalmente de nylon, com uma série de anzóis dispostos ao longo de sua extensão. A pesca de rede é bastante diversificada, pois, são utilizados vários tipos dependendo da espécie a ser capturada. Assim temos as malhadeiras, que são redes fixas, e as tarrafas que são redes de lance, e dependendo da dimensão das malhas podem ser chamadas de caçoeira, caiqueira ou receber outras denominações dependendo da espécie a ser capturada.

A pesca de curral é praticada em menor proporção, comparativamente aos métodos analisados anteriormente, mas assume um papel de extrema importância para os pescadores, pois em determinados períodos do ano garante o abastecimento e a renda para muitas famílias. Os currais são estruturados com peças de madeira, ligadas por cipós e fixadas em áreas próximas às margens que permitem o aprisionamento das espécies para posterior despesca por ocasião da baixa da maré.

Os resultados mostram que 51% dos pescadores entrevistados utilizam barcos e 49% empregam canoas a remo ou a vela para a execução de suas pescarias. Os barcos, modo geral, apresentam capacidades que variam de 1.000 a 8.000 kg, sendo os valores modais de capacidade de 3.000 e 4.000 kg, respectivamente.

No caso das canoas suas capacidades variam de 150 a 300 kg, sendo que o valor modal da capacidade é de 300 kg.

Quanto ao tempo médio de duração do esforço de pesca, observa-se que as pescarias de curta duração (até 24 horas) representam 56% do total. Nessa categoria estão incluídas as pequenas embarcações que apresentam limitações de deslocamento em grandes distâncias e englobam as pescarias com anzol, tarrafas, e também, as despescas de curral. Os esforços de pesca com duração incluída nas categorias de 01 a 07 dias e de 07 a 15 dias representam 39,8% do total e envolvem, além das canoas a remo e à vela, os barcos de maior capacidade. As pescarias com duração superior a 15 dias representam apenas 2,5% do total.

As principais espécies capturadas são o bandeirado e a pescada gó, com 13,62 e 11,21%, respectivamente. Outras espécies também de grande importância são: pescada (9,65%), corvina (9,11%), bagre (7,55%) e prateira (5,60%).

Na pesca artesanal a composição dos custos se diferencia entre as embarcações de acordo com o seu tamanho, ambiente de captura, método de pesca, diversidade e sazonalidade das espécies exploradas entre outros fatores (PARENTE, 1995; BATISTA, 2001). Em reconhecimento a essa variedade, neste trabalho, os custos de produção foram estimados para dois tipos de embarcação, no caso as mais típicas entre o conjunto pesquisado. As características das embarcações são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 Características das embarcações utilizadas para a estimativa dos custos de produção da pesca artesanal no Nordeste Paraense, 2004.

Embarcação	Características
Tipo I	<ul style="list-style-type: none"> ☉ Canoa à vela e remo com capacidade total de 300 kg (150 kg de pescado); ☉ Duração do esforço de pesca = 3 dias; ☉ Petrechos = redes serreira, tainheira e caiqueira (100 m cada) e espinhel de 3.000 anzóis; ☉ Mão-de-obra = 2 pessoas
Tipo II	<ul style="list-style-type: none"> ☉ Embarcação de madeira com capacidade total de 4.000 kg (2.000 kg de pescado), movida a motor diesel de 14 HP; ☉ Duração do esforço de pesca 8 a 10 dias; ☉ Petrechos = redes (3.000 m), espinhel, bóias e âncoras; ☉ Mão-de-obra = 4 pessoas

Fonte: dados da pesquisa.

Os custos de produção na pesca artesanal podem ser classificados em fixos e variáveis. Custos fixos são aqueles que permanecem inalterados, independentemente do grau de utilização da capacidade da embarcação. Entre estes se destacam a depreciação dos meios de produção, as taxas anuais para licença de operação das embarcações, custos de manutenção com a embarcação e equipamentos de suporte à pesca.

Os custos variáveis, ou operacionais, envolvem os desembolsos efetuados somente durante o esforço de pesca e englobam a aquisição do gelo para a conservação do pescado, combustíveis, taxas para entidades representativas de classe, manutenções dos aparelhos de captura e outros custos não previstos que ocorrem durante as pescarias, assim como, a alimentação, comumente chamada de rancho.

A partir das estimativas de custos e receitas, também foram executadas as análises de ponto de nivelamento que permitem avaliar o nível de captura que iguala as receitas aos custos por esforço de pesca. Esta análise foi executada conforme descrito em Buarque (1984),

Woiler e Franco Mathias (1996), Lapponi (2000) e Souza (2003).

As operações de pesca efetuadas por embarcações do tipo I, têm um custo operacional de R\$ 145,40, que, com a incorporação da depreciação do barco e petrechos, no valor de R\$ 13,07, alcança um custo total na ordem de R\$ 158,47. O preço médio recebido pelo pescador é de R\$ 2,00/kg. Nestas condições, o ponto de nivelamento ocorre com a pesca de 79,23 kg de pescado, o que corresponde a 52,82% da capacidade da embarcação indicando que, em qualquer nível de captura inferior a 79,23 kg os pescadores terão prejuízo. Esta situação é comum e foi constatada nas entrevistas com muitos pescadores que trabalham com embarcações com estas especificações.

No caso da embarcação do tipo II, o custo operacional é de R\$ 2.026,39, alcançando, no total com a inclusão da depreciação, o valor de R\$ 2.119,70, sendo que 62,74% destes custos são atribuídos aos itens de custeio (gelo, combustível e alimentação). Para este tipo de embarcação, o ponto de nivelamento é atingido com a captura de 1.060 kg de pescado. A Tabela 2 especifica a estrutura de custos para as embarcações.

Tabela 2 Estimativa de custos de produção da pesca artesanal no Nordeste Paraense, 2004

Discriminação	Embarcação tipo I		Embarcação tipo II	
	R\$ 1,00	%	R\$ 1,00	%
Custeio ¹	35,15	22,18	1.330,00	62,74
Mão-de-obra	108,00	68,15	670,00	31,61
Depreciação	13,07	8,25	93,31	4,40
Manutenção	1,25	0,79	23,89	1,13
Outros ²	1,00	0,63	2,50	2,50
Total	158,47	100,00	2.119,70	100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Nota: (1) alimentação, gelo, combustível e manutenção dos petrechos de pesca e

(2) taxas da Colônia de Pescadores.

4.3 COMERCIALIZAÇÃO

Nos municípios pesquisados, 88,2% da produção da pesca artesanal é destinada à comercialização, sendo os 11,8% restantes destinados ao autoconsumo e outras destinações. Em 88,8% dos casos, o produto é comercializado fresco ou resfriado e 11,2%, na forma de pescado salgado.

O processo de comercialização, na pesca artesanal, envolve uma complexa rede de agentes e relações econômicas. A partir do desembarque do pescado no porto ou ancoradouro natural, surge a figura de agentes intermediários. Em que pesem as críticas sobre a estrutura de remuneração impostas pelos agentes intermediários aos pescadores artesanais, esses assumem um papel importante, na medida em que agregam as pequenas quantidades individuais produzidas pelo pescador artesanal e estabelecem o elo entre a produção e o consumo.

Os agentes intermediários, em nível de atacado, assumem formas variadas na cadeia de comercialização. As figuras mais presentes são o patrão aviador, os atravessadores e os

marreteiros. O patrão aviador é aquele agente que financia o esforço de pesca, custeando a alimentação (rancho), o combustível e o gelo necessários, sendo, de modo geral, o dono da embarcação ou da geleira. Neste tipo de relação o patrão fica com 50% da renda obtida na pesca, depois de descontado o custeio, sendo os outros 50% divididos entre os participantes do esforço de pesca. Esse tipo de relação, também, gera a obrigatoriedade de venda do produto ao patrão aviador.

Marreteiros são intermediários com raio de ação bastante restrito. Adquirem pequenas quantidades de pescado diretamente dos pescadores e comercializam nas vilas ou sede do município, com feirantes ou pequenos comerciantes, interagindo, também, com os atravessadores.

Podem, os atravessadores serem enquadrados em duas categorias: a primeira envolve aqueles que são corretores e adquirem o produto diretamente dos pescadores e, também, dos aviadores para posterior comercialização com agentes varejistas; a

segunda categoria engloba agentes que se ocupam do transporte e venda do produto em outros municípios e outros estados do país. A partir do nível de atacado o produto chega ao varejo local, regional ou nacional, ficando disponível para o consumidor nos supermercados, restaurantes, casas de carnes e feiras-livres.

Os preços recebidos pelos pescadores artesanais apresentam grande variabilidade. No caso das espécies de alto valor comercial, como é o caso da pescada e da gurijuba, o preço recebido oscila entre R\$ 3,00 e R\$ 3,50/kg. Para as espécies de menor valor como o cangatá e a arraia variam entre R\$ 0,50 e R\$ 0,70/kg. A média global do preço recebido pelo pescador é de, aproximadamente, R\$ 2,00/kg de peixe.

Para complementação da análise do processo de comercialização, foram estimadas as margens de comercialização das principais espécies. Este indicador permite avaliar quanto do preço final, pago pelo consumidor, é apropriado pelos diversos agentes envolvidos no processo de comercialização da produção e, teoricamente, deve cobrir os custos relacionados a esse processo, os riscos associados ao mercado, além de gerar lucro aos agentes envolvidos na comercialização. As estimativas foram obtidas conforme descrito em Barros (1989), Scott & Herrera (1990), Marques & Aguiar (1993) e Reis (1998). A Tabela 3 apresenta os resultados da participação do pescador e das margens totais de comercialização para as principais espécies comercializadas pelos pescadores artesanais do Nordeste Paraense.

Tabela 3 Margens de comercialização de pescado do Nordeste Paraense, 2004

Espécies	Participação do pescador - PP (%)	Margem total de comercialização – MT (%)
Bagre	56,92	43,08
Corvina	56,82	43,18
Pescada	56,00	44,00
Gurijuba	53,91	46,09
Peixe-serra	52,38	47,62
Pescada Gó	47,37	52,63
Bandeirado	44,87	55,13
Tainha	44,00	56,00
Peixe-pedra	41,67	58,33
Uritinga	41,18	58,82
Caçã	39,77	60,23
Pratiqueira	37,00	63,00
Cambéua	30,77	69,23
Uricica	22,06	77,94
Arraia	20,00	80,00
Cangatá	18,46	81,54
Média	41,45	58,55

Fonte: dados da pesquisa e Aguiar et al. (2004).

Os resultados mostram que a média global da margem total de comercialização é de 58,6% e da parcela do pescador de 41,4%, indicando que, para cada R\$ 100,00 gastos pelo consumidor com pescado, R\$ 58,60 são apropriados pelos agentes de comercialização e R\$ 41,40 pelos pescadores. As espécies que

apresentam maior margem de comercialização são cangatá, arraia, uricica, cambéua e pratiqueira, com valores superiores a 60%. As espécies em que a parcela do pescador é maior são o bagre, corvina, pescada amarela, gurijuba e peixe-serra cujos valores se mostram superiores a 50%.

4.4 O AMBIENTE INSTITUCIONAL E ORGANIZACIONAL

Nesta seção são analisados três aspectos fundamentais do ambiente institucional e organizacional da cadeia produtiva da pesca artesanal nos municípios pesquisados: organização e integração social; assistência técnica; e acesso a linhas de financiamento. Estes são elementos fundamentais para ampliar o

desempenho da cadeia produtiva como um todo, visto que contribuem para o fortalecimento do capital social, capital humano e capital produtivo, dentro cadeia, convergindo para a governança e coordenação dessa cadeia e para ações que possam estimular o desenvolvimento em âmbito local.

4.4.1 Organização social

As Colônias de pescadores constituem a forma de associativismo predominante na pesca artesanal. Estas tiveram origem em uma missão da Marinha de Guerra do Brasil, realizada na década de 1920, com o objetivo de ocupar o litoral do país. Nessa época, a Marinha percorreu toda a costa, inclusive os trechos navegáveis dos principais rios, orientando e organizando os pescadores em associações. Assim, os pescadores passaram a ter a sua primeira organização de ordem social (CRUZ et al., 1993; e LOURENÇO et al., 2003).

No âmbito estadual, as Colônias estão vinculadas a uma Federação. No Estado do Pará a representação do conjunto de Colônias é a Federação dos Pescadores do Estado do Pará (FEPA) e o Movimento dos Pescadores do Estado do Pará (MOPEPA). Em âmbito nacional, o vínculo é com a Confederação dos Pescadores do Brasil. Atualmente, o Estado do Pará conta com 65 Colônias de pescadores distribuídas em todo o seu território.

Com a promulgação da Constituição de 1988, as Colônias de pescadores passaram a exercer novos papéis, sendo consideradas como organizações de ordem sindical. Entretanto, a precariedade de infra-estrutura para funcionamento é alvo de reclamação geral dos dirigentes das Colônias, assim como a inadimplência de grande número de associados e, principalmente, as dificuldades de mobilização dos pescadores para reuniões e eventos de outra natureza. É fato reconhecido, também, que existe um grande número de pescadores que sequer estão cadastrados nas Colônias. Essa situação é confirmada pelos resultados da pesquisa de campo: foi constatado que cerca de 36% dos entrevistados não participam de qualquer entidade associativa da classe.

Um número que reforça a necessidade de se trabalhar intensivamente no processo de organização social desse segmento de produtores está associado ao fato de que, dos 182 pescadores que participam de Colônias ou outras entidades

associativas, cerca de 43% participam de reuniões, apenas esporadicamente, ficando, muitas vezes, à margem das reuniões por mais de um ano.

Esses resultados revelam um ponto fraco da cadeia, pois demonstram que o nível de organização e de integração social entre os pescadores está aquém do necessário para legitimar os seus anseios, no tocante a aspectos como linhas de financiamento, assistência técnica, infra-estrutura entre outras necessidades. Essa postura deve ser alterada, pois, no contexto atual, as reivindicações das necessidades conjuntas passam, obrigatoriamente, pela capacidade de organização e articulação da classe.

4.4.2 Assistência técnica

A dotação de serviços de assistência técnica e gerencial é um fator fundamental para ampliar o desempenho da pesca artesanal no Nordeste Paraense, visto que podem viabilizar uma melhor utilização e gestão dos fatores de produção e dos recursos naturais, garantindo melhores resultados aos pescadores e suas famílias.

No Estado do Pará, as ações voltadas para a assistência técnica e extensão rural para a pesca artesanal foram iniciadas, em 1973, (CRUZ et al., 1993) por meio de convênio estabelecido entre o Ministério da Agricultura, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do antigo Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) o qual deu origem ao Programa de Pesca Artesanal (PESCART).

O PESCART foi formulado para atender a pesca artesanal no sentido de prover conhecimentos técnicos, recursos financeiros e de atribuir maior eficiência produtiva e renda aos pescadores artesanais. Na época, as ações do

É necessário vislumbrar que a organização social cria poder para negociar e firmar parcerias com agentes públicos e privados. Com o fortalecimento da organização e do capital social dentro da categoria maiores benefícios podem ser obtidos em termos de políticas de crédito, atuando, de forma decisiva na negociação e adequação de condições operacionais, tais como prazos de carência, taxas de juros, períodos de amortização etc. Podem, também, as organizações orientar e articular a oferta de cursos de capacitação técnica e gerencial adequado às suas necessidades, inclusive, visando a agregação de valor aos produtos oriundos do trabalho dos seus afiliados.

Programa foram descentralizadas e muitas atribuições compartilhadas com instituições que atuavam no meio rural, como foi o caso da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER/PA), na ocasião ainda sob a denominação de Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Pará (ACAR/PA).

No período de 1974 a 1981, foram instalados escritórios nos municípios de Bragança, Cachoeira do Arari, Curuçá, Marapanim, Salinópolis, Santarém, Soure e Vigia. Após a implantação dos escritórios locais, os pescadores e suas famílias passaram a receber assistência técnica por meio da EMATER/PA.

Cruz et al. (1993), destacam que em 1981 ocorreu a desativação do Programa de Extensão Pesqueira, o que acarretou grande prejuízo ao contingente de pescadores artesanais. Após esse período, a assistência passou a ser executada pela Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) que, posteriormente, foi extinta (1989), deixando a pesca artesanal à margem do acesso aos serviços de Assistência Técnica e Extensão

Rural (ATER), situação que, ainda hoje, perdura na maior parcela dos municípios paraenses em que a pesca artesanal assume destaque socioeconômico.

Estas afirmações foram confirmadas na pesquisa de campo, na qual foi constatado que apenas 7,42% dos entrevistados recebem assistência técnica. A maioria (92,58%) não obtém acesso a nenhum tipo de serviço de ATER.

É importante destacar que este pequeno contingente de pescadores que recebe assistência técnica, atualmente, tem a prestação desse serviço vinculada ao acesso ao crédito que

obtiveram por meio do Banco da Amazônia, com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) ou da Secretária Especial de Aqüicultura e Pesca (SEAP).

Pelo exposto, observa-se que os serviços de ATER para a pesca artesanal no Nordeste Paraense se constituem num dos pontos mais frágeis da atividade. Esta é uma lacuna que precisa ser preenchida com urgência tendo em vista a situação atual a que os pescadores, suas famílias e as comunidades que sobrevivem da pesca artesanal, estão submetidos, marcados pela pobreza rural.

4.4.3 Acesso às linhas de financiamento

O acesso às linhas de financiamento é um aspecto que permite identificar o nível de integração dos pescadores artesanais e suas entidades representativas com as instituições financeiras de fomento. Esta variável é de suma importância, visto que o acesso às linhas de crédito para custeio e, principalmente, de investimento para aquisição de embarcações, equipamentos e treinamento de recursos humanos, pode ampliar, substancialmente, o desempenho produtivo dos pescadores artesanais.

Na Amazônia, os primeiros financiamentos bancários destinados à pesca artesanal foram concedidos pelo Banco da Amazônia, na década de 1960, por meio de Cooperativas localizadas no Nordeste Paraense (CRUZ et al., 1993). Naquela ocasião, por deliberação do Governo Federal, foi criado um departamento de cooperativismo na estrutura do Banco visando estimular a formação de cooperativas rurais para viabilizar os financiamentos no meio rural, incluindo a pesca artesanal.

Nesse período, os resultados auferidos não foram positivos, pois mesmo com o apoio ao

cooperativismo, inclusive com a capacitação de técnicos na área, a eficiência do crédito esbarrou na ausência de serviços de assistência técnica e extensão rural, específicos para a atividade de pesca artesanal. Assim, tanto a experiência de cooperativismo quanto a de crédito, não obtiveram êxito.

Estes relatos mostram, claramente, que associativismo e crédito só geram resultados positivos se devidamente acompanhados por serviços eficientes de assistência técnica, que possam cobrir todas as etapas do processo produtivo.

No início da década de 1980, foram retomados os financiamentos para a pesca artesanal e industrial com recursos do Convênio BID/SUDEPE/BNCC. No entanto, foram concretizadas, apenas, 207 operações, sendo que 92% desses recursos destinaram-se a oito projetos de pesca industrial, e apenas 8% foram aplicados em 199 projetos de pesca artesanal (CRUZ et al., 1993). Decorrido esse período, os financiamentos para a pesca artesanal só foram retomados no início da década de 1990, com a institucionalização do FNO.

Os resultados da pesquisa de campo demonstram que os pescadores artesanais continuam a constituir um dos segmentos produtivos do meio rural que mais tem se mantido à margem dos instrumentos oficiais de crédito rural, visto que, apenas, 13,07% dos pescadores entrevistados acessaram linhas de crédito, a maioria, portanto, (86,93%) não obteve acesso a recursos oficiais. Muitos são os fatores que podem estar condicionando este resultado, todavia, dois elementos merecem destaque: o baixo nível de organização social e a carência dos instrumentos oficiais de assistência técnica e extensão rural. Antes da liberação de recursos financeiros é necessário organizar as comunidades e Colônias e preparar o pescador artesanal para gerir a aplicação desses recursos, a fim de que tenham condições de auferir resultados que permitam saldar os seus financiamentos e lhes proporcionem outros benefícios.

Atualmente, com a criação da Secretaria Especial de Pesca e Aqüicultura (SEAP) da Presidência da República, pelo Governo Lula, novas linhas de financiamento passam a estar disponíveis para a pesca artesanal. O Banco da Amazônia, também, estruturou novos programas de financiamento que hoje estão disponíveis para o pescador artesanal, inclusive, compatibilizando com os encargos financeiros do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

No campo do crédito os desafios que se mostram prementes são o fortalecimento do capital social, que converge para o associativismo e cooperativismo, e a capacitação produtiva e gerencial desses atores. Estes elementos, acompanhados por instrumentos de crédito adequados e viabilizados por ações compartilhadas, podem contribuir para minimizar os problemas atualmente enfrentados por esses pescadores.

5 CONCLUSOES E SUGESTOES

A pesca artesanal continua a cumprir importantes funções na economia paraense, constituindo-se no segmento do setor pesqueiro que tem contribuído decisivamente para manter o Estado do Pará como o maior produtor de pescado do país. Isto além de ser uma das principais fontes de ocupação de mão-de-obra, alimentos e renda para um grande contingente da população estadual, particularmente, no meio rural.

Ao largo dessa importância emergem inúmeros problemas que têm dificultado o desenvolvimento da atividade. O nível de organização social dos pescadores precisa ser fortalecido. Nos municípios do Nordeste Paraense, embora muitos pescadores estejam registrados nas Colônias de Pescadores ou outras

associações, a sua participação em grande proporção, não tem sido efetiva se restringindo, apenas, à ida em reuniões de forma esporádica.

Um outro elemento que necessita de fortalecimento é assistência técnica e extensão rural (ATER) para a pesca artesanal. Os resultados mostram que apenas 7,42% dos pescadores entrevistados recebem algum tipo de prestação de serviço de ATER que, de modo geral, está vinculado ao acesso a financiamento bancário. Há necessidade de que o governo, em seus diferentes níveis, destine recursos para tal finalidade. A prestação de serviços pela ATER, no contexto atual, vai muito além do ensinar a fazer, avança no campo da gestão, da comercialização, do despertar para as questões econômicas e ambientais associadas à atividade. Esse é o novo

enfoque que deve ser construído e disseminado, especialmente, no caso da pesca artesanal, em que as questões econômicas, sociais e ambientais encontram-se intimamente associadas.

A oferta de recursos financeiros para os pescadores artesanais, também, deve ser ponto de destaque em qualquer agenda voltada para o desenvolvimento da atividade. Esses financiamentos devem ser destinados à aquisição de embarcações, petrechos e ao custeio do esforço de pesca. Todavia, dois aspectos devem ser destacados. O primeiro é que esses recursos devem ser disponibilizados com prazos de carência, amortização e encargos adequados à rentabilidade da atividade. O segundo refere-se à identificação do potencial e habilitação do pescador tomador de crédito. A observação destes dois aspectos é condição necessária para que os financiamentos possam lograr maior êxito.

Nas pesquisas de campo foi detectado que apenas 13,07% dos entrevistados tiveram acesso a financiamento bancário, sendo observado, no entanto, que muitos dos beneficiados encontram-se em condições de inadimplência e com dificuldades para saldar seus compromissos, em decorrência de problemas de gestão ou por não atingir o volume mínimo de captura para suplantar os custos operacionais. Estas são questões de caráter econômico e que requerem um maior preparo por parte do pescador artesanal para que ele possa determinar e gerir, adequadamente, os seus custos de produção e avaliar a rentabilidade do seu esforço de pesca, de modo a remunerar adequadamente todos os fatores de produção, inclusive a mão-de-obra familiar, e gerar excedentes que lhe permitam saldar os seus compromissos com os agentes financeiros e melhorar os níveis de qualidade de vida.

O crédito é um instrumento essencial para estimular o desenvolvimento da pesca artesanal. Todavia, o acesso aos programas e/ou linhas de

financiamento devem ser corroborados por um mínimo de pré-condições que, obrigatoriamente, devem envolver aspectos de gestão, comercialização e ATER. É necessário buscar o aprendizado das experiências obtido nas três últimas décadas para trilhar novos caminhos dentro de uma política de financiamento para o setor. Alguns passos importantes foram dados nesse sentido, como a criação de Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) e o lançamento de novas linhas de crédito são exemplos concretos desse novo momento. Mas é imprescindível não negligenciar a necessidade de convergir esforços entre os diversos atores da cadeia produtiva para tornar o crédito um instrumento eficiente como indutor do desenvolvimento da pesca artesanal.

Outra questão relevante refere-se à dinâmica do processo de comercialização. A natureza das relações sociais estabelecidas entre os pescadores e agentes dos níveis de mercado à jusante tem contribuído para reduzir a rentabilidade da atividade. O sistema de avião é o exemplo maior dessa realidade, pois submete o pescador a condições de baixo rendimento e gera a obrigação de entregar o produto ao aviador. Isso acrescenta um custo de oportunidade para o pescador que, pela obrigação assumida, deixa de optar pela venda do produto para outros agentes dispostos a pagar valores incrementais em relação ao preço pago pelo aviador.

Um outro aspecto de grande relevo é a gestão dos recursos pesqueiros. Nas entrevistas realizadas em todos os municípios, distritos, vilas e comunidades foram apresentados argumentos comuns mostrando que a pesca predatória praticada por embarcações da indústria da pesca, ano após ano, vem reduzindo a disponibilidade de muitas espécies na região. Essa situação, em curto prazo, leva a um aumento no volume de produção, em decorrência da elevação do esforço

de pesca, motivado, inclusive, pela entrada, a cada ano, de um maior número de pessoas na atividade. No longo prazo, em decorrência dos recursos pesqueiros serem de uso comum, a produção por embarcação tende a se reduzir, gradativamente, como fruto da pressão sobre a reprodução dos estoques. A impressão que se tem é a de que esse processo encontra-se em curso no Nordeste Paraense.

Nesse contexto, as práticas de pesca predatória devem ser combatidas de forma incisiva para que se possa atingir um novo patamar de equilíbrio na exploração dos estoques. Nesse sentido, as instituições que atuam na regulação e fiscalização do setor como IBAMA, SEAP e Capitania dos Portos devem ampliar o escopo de suas atuações, inclusive com ações compartilhadas com

Prefeituras, Colônias e Associações de Pescadores.

Nos municípios cobertos pela pesquisa, exceção feita a Viseu, não existem definições claras do período de defeso, agravando ainda mais a pressão sobre os estoques pesqueiros. É necessário retomar as pesquisas para delimitar, claramente, esses períodos e orientar as ações dos pescadores artesanais, inclusive, para a busca de fontes alternativas de renda. É necessário reconhecer que muitos dos problemas socioeconômicos que afligem as comunidades de pescadores artesanais no Nordeste Paraense encontram muitas de suas raízes na má gestão dos recursos pesqueiros. Assim, a gestão dos recursos pesqueiros deve assumir posição de destaque dentro de um processo que queira lograr o desenvolvimento da pesca artesanal em bases sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. V. et al. Diagnóstico preliminar da pesca artesanal nos municípios de Bragança e Vigia. Belém: EMATER/PA, 1976.
- AGUIAR, C. G. G.; NEVES, P. R. S.; SANTOS, M. A. S. Análise das margens de comercialização de pescado no Estado do Pará. In: SEMANA ACADÊMICA DO IESAM, 4, Belém. Resumos... Belém: IESAM, 2004.
- BARROS, G. S. C. Economia da comercialização agrícola. Piracicaba: ESALQ/USP, 1989. 306 p.
- BATISTA, V.S. Subsídios à avaliação da viabilidade econômica na pesca artesanal do Amazonas. Manaus: FUA/UNISOL, 2001. 52 p. (Relatório de Pesquisa).
- BRITO, R. C. C.; SANTOS, D. A. B.; TORRES, M. A. S. F.; BRAGA, M. S. A pesca empresarial no Pará. Belém: IDESP, 1975. 72 p.
- BUARQUE, C. Avaliação econômica de projetos. Rio de Janeiro: Campus, 1984. 266 p.
- CARDOSO, H. H. M. et al. O setor pesqueiro no Estado do Pará. Belém: SUDEPE, 1988. Diagnóstico preliminar.
- CRUZ, F. J. F.; COSTA, R. M. Q.; MARQUES, J. A. A.; TORRES, M. A. S. F.; VIANA, E. M. S.; PAIXÃO, P. A. P. Estudo sobre a pesca artesanal. Belém: Banco da Amazônia, 1993. 73 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Banco de dados agregados. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2004.

_____. Censo demográfico 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 set. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. Direitos ambientais para o setor pesqueiro: diagnóstico e diretrizes para a pesca marítima. Brasília, DF: PNUD, 1999.

_____. Estatística da pesca 2002: grandes regiões e unidades da federação. Tamararé, PE: CEPENE, 2004. 129 p.

LAPPONI, J. C. Projetos de investimento: construção e avaliação do fluxo de caixa. São Paulo: Lapponi, 2000. 376 p.

LOURENÇO, C. F.; FÉLIX, F. N.; HENKEL, J. S.; MANESCHY, M. C. A pesca artesanal no Estado do Pará. Belém: SETEPS/SINE-PA, 2003. 154 p.

MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. R. Comercialização de produtos agrícolas. São Paulo: EDUSP, 1993.

PARENTE, V. M. A economia da pesca em Manaus: organização da produção e da comercialização. 1995. 178 f. Dissertação (Mestrado) – UFRRJ, Rio de Janeiro, 1995.

PENNER, M. A. S. A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico. Belém: UFPA, 1984. 158 p.

PETRERE JÚNIOR, M. Setor pesqueiro: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento da indústria da pesca. Manaus: IBAMA/PRÓVARZEA, 2004. 97 p. (Relatório de Pesquisa).

REIS, A. J. Comercialização agrícola. Lavras: UFLA, 1998. 267 p.

SANTOS, M. A. S. et. al. A cadeia produtiva da pescada artesanal no Nordeste Paraense: municípios de Augusto Corrêa, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João de Pirabas e Viseu. Belém: SEBRAE/PA; PROASCON – Projetos e Consultoria em Agronegócios, 2004. 116 p.

SCOTT, G. J.; HERRERA, J. E. Mercado agrícola: metodologias de investigação. Lima: IICA, 1990. 503 p.

SOUZA, A. B. Projetos de investimento de capital: elaboração, análise e tomada de decisão. São Paulo: Atlas, 2003. 216 p.

WOILER, S.; FRANCO MATHIAS, W. Projetos: planejamento, elaboração e análise. São Paulo: Atlas, 1996. 294 p.